

A. I. N° - 100303.0008/03-4
AUTUADO - DORILZO DOREA COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - MARGARET SAMPAIO BARBOSA LUCAS
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 15.07.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0246-03/03

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Foi feito o levantamento fiscal reduzindo-se o valor originariamente exigido. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 13/05/03, para exigir o ICMS no valor de R\$412,41, acrescido da multa de 60%, além da multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$1.417,59, em decorrência de:

1. Entrada, no estabelecimento, de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal – multa de R\$1.417,59;
2. Falta de recolhimento do imposto por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente a aquisição de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexos 69 e 88 (Nota Fiscal nº 24962).

O autuado apresentou defesa (fls. 206 a 208), alegando, em relação à infração 1, que escriturou a Nota Fiscal nº 072488, em seu livro Registro de Entradas nº 20, à fl. 2, conforme a fotocópia acostada às fls. 209 e 210. Quanto aos demais documentos fiscais, aduz que as mercadorias neles constantes não lhe foram destinadas e sim à empresa Pirâmide Reformadora de Imóveis Ltda., situada na Av. Antonio Sérgio Carneiro, 181, em Feira de Santana e apenas a inscrição estadual que o remetente indicou nas referidas notas fiscais confere com a de seu estabelecimento. Acrescenta que os produtos “não fazem parte do rol de mercadorias comercializadas” pela empresa, tendo em vista que apenas revende “material de acabamento para construção civil e equipamentos agrícolas”, fato que a própria auditora poderia ter confirmado verificando seu livro Registro de Inventário e o controle de estoques por item, informado mensalmente à Secretaria da Fazenda, através do SINTEGRA.

Finaliza dizendo que a autuante, em relação à Nota Fiscal nº 024962, exigiu o ICMS devido pela falta de antecipação tributária (obrigação principal) e a penalidade por descumprimento de obrigação acessória, em razão da falta de registro nos livros fiscais. Argumenta, entretanto, que, de acordo com o § 5º do artigo 915, do RICMS/97, “a multa pelo descumprimento de obrigação acessória será absorvida pela multa prevista para o descumprimento da obrigação principal, sempre que se tratar de cometimento em que o descumprimento da obrigação principal seja uma

consequência direta do descumprimento da obrigação acessória, servindo a infração relativa à obrigação acessória como circunstância agravante da relativa à falta de recolhimento do imposto devido em relação ao mesmo infrator”.

Por fim, reconhece o débito referente às Notas Fiscais nºs 004803, 031131, 057743, 057739 e 201034 e pede a improcedência do valor exigido, concernente às Notas Fiscais nºs 072488, 000828, 381, 382, 385 e 024962.

Relativamente à infração 2, diz que acata a autuação, “ressalvando a sua relação à infração 1”, quanto à Nota Fiscal nº 024962. À fl. 212, o contribuinte acostou o DAE com o pagamento do débito no montante de R\$1.245,47 (valor originário).

A autuante, em sua informação fiscal (fls. 217 e 218), quanto à infração 1, afirma que:

1. a Nota Fiscal nº 072488, emitida em 24/11/00, somente foi lançada no livro Registro de Entradas nº 20 em 02/01/01 (fls. 19, 119 e 210) e, portanto, entende que deve ser mantida a autuação, tendo em vista que a empresa não anexou documentos que justificassem o lançamento extemporâneo do documento fiscal, “como carta de correção referente as datas ou dilatação de prazos”;
2. após verificação da situação cadastral das empresas mencionadas nas notas fiscais, reconhece que “não existem vínculos comerciais entre as empresas” (fls. 214 e 215), ficando evidenciada a existência de equívocos na emissão dos documentos fiscais e, dessa forma, sugere a sua exclusão do lançamento;
3. acata a argumentação defensiva, concernente à Nota Fiscal nº 024962, por ter havido exigência dúplice (multa e ICMS).

Conclui propondo a exclusão, da infração 1, das Notas Fiscais nºs 000828, 381, 382, 385 e 024962, com a redução do débito para: R\$81,24 (março/00), R\$208,14 (novembro/00) R\$622,19 (maio/01) e R\$129,61 (setembro/01), perfazendo o total de R\$1.453,59 ainda a ser exigido.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir multa por falta de lançamento, na escrita fiscal, de notas fiscais de entradas de mercadorias sujeitas a tributação (infração 1) e por falta de recolhimento do imposto por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente a aquisição, por meio da Nota Fiscal nº 24962, de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexos 69 e 88 (infração 2).

O autuado apresentou defesa, em relação à infração 1, alegando que escriturou a Nota Fiscal nº 072488, em seu livro Registro de Entradas nº 20, à fl. 2, conforme a fotocópia acostada às fls. 209 e 210. A autuante, por outro lado, manteve a autuação, sob o argumento de que o contribuinte escriturou o mencionado documento fiscal somente no dia 02/01/01 (fls. 19, 119 e 210), embora tivesse sido emitido em 24/11/00, e a empresa não anexou documentos que justificassem o lançamento extemporâneo do documento fiscal, “como carta de correção”.

Não obstante a posição adotada pela autuante, entendo que cabe razão ao sujeito passivo, considerando que a referida nota fiscal foi escriturada antes da ação fiscal e não há previsão legal para a exigência de carta de correção na situação sob exame, devendo apenas ser obedecidas as regras previstas no artigo 101, do RICMS/97.

Quanto às Notas Fiscais nºs 000828, 381, 382 e 385, relacionadas no demonstrativo de fl. 10, o autuado afirma que as mercadorias nelas constantes não lhe foram destinadas e, ademais, não fazem parte dos produtos de sua comercialização, o que foi acatado pela autuante, que propôs a sua exclusão do lançamento, no que concordo.

Relativamente à Nota Fiscal nº 024962, foi exigido nesta autuação tanto o ICMS por antecipação tributária, como a multa pela falta de escrituração nos livros fiscais, o que é vedado pelo § 5º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, devendo, assim, ser também excluída do valor do débito exigido.

Como o contribuinte reconheceu a irregularidade referente às Notas Fiscais nºs 004803, 031131, 057743, 057739 e 201034, o valor do débito fica reduzido para o seguinte: R\$81,24 (31/03/00), R\$124,41 (30/11/00) R\$622,19 (31/05/01) e R\$129,61 (30/09/01), perfazendo o total de R\$957,45 ainda a ser exigido na infração 1.

Relativamente à infração 2, foi acatada pelo autuado que, inclusive, promoveu o recolhimento do débito, consoante o DAE anexado à fl. 212 dos autos.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **100303.0008/03-4**, lavrado contra **DORILZO DOREA COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$412,41**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “d”, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, além da multa de **R\$957,45**, sendo R\$205,65 atualizado monetariamente e R\$751,80, prevista no artigo 42, IX, da citada lei, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de julho de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO- JULGADORA